

ATA DA 85ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DO INSTITUTO DE HISTÓRIA REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2020

1 Ao vigésimo quarto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas, reuniram-se, por
2 meio de plataforma de videoconferência e sob a presidência da Diretora do Instituto de História, a
3 professora Norma Côrtes, os seguintes integrantes desta Congregação: professores William de Souza
4 Martins, Antonio Carlos Jucá de Sampaio, Lise Fernanda Sedrez, Fábio de Souza Lessa, Cinthia Monteiro
5 de Araújo, Gabriel de Carvalho Godoy Castanho, Juliana Beatriz Almeida de Souza, Andréia Cristina
6 Lopes Frazão da Silva, Felipe Charbel Teixeira, Andréa Casa Nova Maia, Isabele de Matos Pereira de
7 Mello e Henrique Buarque de Gusmão; o Diretor Adjunto de Administração, Fernando Damascena de
8 Carvalho; os representantes discentes de Graduação, Suelen da Silva Sousa, João Pedro Dória Rossi
9 Barreira e Eduardo Supeleto Nascimento; a representante discente de Pós-Graduação, Nathália Serenado;
10 e as representantes dos servidores técnico-administrativos, Camila dos Santos Fernandes e Fernanda de
11 Araújo Peixoto. Também estavam presentes os docentes Beatriz Catão Cruz Santos, Claudio Costa
12 Pinheiro, Fernando Luiz Vale Castro, João Paulo Coelho de Souza Rodrigues, João Rodolfo Munhoz
13 Ohara, Jorge Victor de Araújo Souza, Leila Rodrigues da Silva, Maria Aparecida Rezende Mota, Maria
14 Beatriz de Mello e Souza, Nuno Carlos de Fragoso Vidal, Paulo Henrique de Carvalho Pachá, Paulo
15 Duarte Silva, Sílvia Adriana Barbosa Correia e Vinicius Aurélio Liebel; e os servidores técnico-
16 administrativos Jéssica Nunes Muniz, Fernando Oliveira Teixeira da Silva, Marcus Vinicius Moreira
17 Penha, Rita de Cassia Medeiros Veiga e Victor Tavares da Costa. A docente Maria Paula Nascimento
18 Araújo e a representante discente de Pós-Graduação Millena Souza Farias justificaram as ausências. Ao
19 iniciar os trabalhos, a professora Norma Côrtes agradeceu a presença de todos, esclareceu a dinâmica da
20 reunião e passou aos **INFORMES**. Sobre o **processo de redistribuição** da professora Silvia Liebel,
21 homologado na última reunião da Congregação, a professora Norma relatou que a UFMG indeferiu a
22 solicitação devido à proibição por parte do governo federal de novas nomeações. Com efeito, por causa
23 dessa proibição, o Instituto de História também não poderá convocar nenhum candidato das listas de
24 espera vigentes para ocupar a vaga de História Moderna, que não pôde ser provida pela redistribuição. A
25 Diretora do IH informou que, assim que houver nova possibilidade, a Direção investigará a melhor forma
26 de prover essa 5ª vaga conquistada na última COTAV. Em relação aos **debates do CEG e do CEPG**
27 **sobre o retorno às aulas**, o Diretor Adjunto de Graduação e Extensão esclareceu que o CEG aprovou as
28 normas para realização das aulas remotas e que o documento está passando por ajustes antes da divulgação
29 de sua versão final. As aulas devem ser priorizadas para alunos concluintes e terão caráter facultativo, não
30 sendo obrigatória a participação de discentes e docentes. O professor Antonio Jucá informou sobre a
31 necessidade de realização de uma plenária ordinária para discussão desse tema. O professor Felipe Charbel
32 explicou que as atividades integrarão um período letivo excepcional, não se tratando da retomada de
33 2020/1, e que a plenária do Instituto deverá debater sobre os meios digitais a serem utilizados nas aulas.
34 Além disso, relatou que a Coordenação das Licenciaturas da Faculdade de Educação já agendou uma
35 reunião para discutir sobre a situação dos alunos concluintes. No caso do curso de História, são 128
36 estudantes nessa condição. A professora Cinthia Araújo informou sobre as dificuldades na discussão sobre
37 os estágios durante a pandemia e que a tendência da equipe de História é aguardar um pouco para pensar
38 sobre tais práticas para o próximo ano, atendendo emergencialmente a partir do levantamento dos
39 formandos. A docente destacou que esse ainda não é um posicionamento formal. Em seguida, o professor
40 Fábio Lessa informou que o PPGHC está elaborando um formulário para saber quantos discentes precisam
41 cumprir disciplinas formais (de não orientação) e sobre as condições desses alunos. Após o recebimento
42 das respostas, o Programa fará uma reunião para discutir como as disciplinas serão ministradas,
43 respeitando um calendário do CEPG do ano letivo de 2020, o qual está em vias de aprovação. A professora
44 Lise Sedrez informou que no PPGHIS os alunos que precisam cursar disciplinas fazem parte do primeiro
45 ano, do Mestrado e Doutorado. Assim, o Programa tem entrado em contato com esses discentes para
46 definir aqueles com absoluta incapacidade de acesso e criou um grupo no Facebook para reunir os alunos,
47 tendo em vista que as operadoras não cobram taxas para uso dessa rede social. Além disso, a docente
48 salientou que foi criada uma comissão para mediar as interações entre alunos, professores, coordenação e

49 PR-2, facilitando a transição para atividades remotas. Posteriormente, a professora Cinthia Araújo
50 informou que o ProfHistória já se reuniu com os alunos para começar a discutir a retomada das atividades
51 de forma remota. A comissão interna do Programa que trata dessa questão apresentará uma proposta para
52 as aulas no Colegiado, marcado para a próxima semana. A professora Juliana Beatriz Almeida de Souza
53 informou que foi aprovada hoje no CEPG a Resolução que aprova o calendário da Pós-Graduação,
54 estipulando a retomada das atividades por meio remoto. O primeiro semestre será compreendido entre 03
55 de agosto e 14 de novembro e o segundo semestre entre 30 de novembro e 27 de março de 2021. A
56 Resolução estabelece que as condições para a participação dos alunos sejam providas e que haja a
57 adaptação das disciplinas à nova condição. A docente relatou que o GT da Reitoria, que está discutindo a
58 retomada das aulas, já fez um levantamento e está em vias de efetivar a compra de chips para alunos de
59 Graduação e Pós-Graduação visando diminuir as dificuldades de acesso à internet. Continuando, informou
60 que foi publicado um cronograma de retorno das atividades da UFRJ, e salientou a importância da
61 mobilização do Instituto de História para discussão dessas atividades. A representante discente de
62 Graduação, Suelen Sousa, informou que na Resolução do CEG, ainda não publicada, havia um indicativo
63 de data para que as Unidades enviassem uma listagem das disciplinas que seriam ministradas
64 remotamente, o que mostra a necessidade de o Instituto discutir o assunto. A aluna relatou a existência de
65 GT's em várias Unidades, salientando a importância de construção desse espaço no Instituto de História,
66 inclusive por orientação da própria Reitoria. Em seguida, a Diretora do IH informou que os **prazos de**
67 **validade vigentes dos concursos regidos pelos Editais nº 860/2017 e 1054/2018** foram prorrogados.
68 Sobre a **ata da 84ª reunião ordinária da Congregação**, informou que não houve tempo hábil para revisão
69 do documento, o qual será enviado posteriormente. Em continuidade à reunião, os participantes voltaram-
70 se à apreciação da **ORDEM DO DIA**. No **primeiro ponto de pauta**, foi homologada por unanimidade,
71 por votação simbólica, a indicação dos seguintes representantes dos professores na Congregação:
72 Adjuntos – Sílvia Adriana Barbosa Correia (titular) / João Rodolfo Munhoz Ohara e Cláudio Costa
73 Pinheiro (suplentes); Associados – João Paulo Coelho de Souza Rodrigues (suplente). Já no **segundo**
74 **ponto de pauta**, a professora Maria Aparecida Rezende Mota apresentou os pareceres da Comissão de
75 Pertinência referentes aos Concursos Públicos de Provas e Títulos para Provimento de vagas da carreira
76 de Professor Adjunto A para o setores de História Antiga e História da América – Período Colonial do
77 Instituto de História (Edital nº 953, de 20 de Dezembro de 2019 – Publicado no Diário Oficial da União
78 nº 248, de 24 de Dezembro de 2019, seção 3, páginas 96 a 100 – Consolidado com as alterações dos
79 Editais nº 9, de 09 de Janeiro de 2020, nº 31, de 03 de Fevereiro de 2020, nº 48, de 11 de Fevereiro de
80 2020 e nº 116, de 25 de março de 2020). Os pareceres a seguir foram homologados, por votação simbólica:
81 **HISTÓRIA ANTIGA: Inscrições deferidas por ordem de inscrição** - José Ernesto Moura Knust,
82 Juliana Magalhães dos Santos, Thiago de Almeida Lourenço Cardoso Pires, Júlio Cesar Dias Chaves,
83 Fernando Mattioli Vieira, Vítor Luiz Silva de Almeida, Luís Filipe Bantim de Assumpção, Carolina
84 Kesser Barcellos Dias, Maria de Nazareth Eichler Sant Angelo, Pedro Vieira da Silva Peixoto, Lair Amaro
85 dos Santos Faria, Gisela Chapot, Camila Diogo de Souza, Camila Alves Jourdan, Daniel Brasil Justi, Alex
86 Aparecido da Costa, Danilo Costa Nunes Andrade Leite, Gisele Oliveira Ayres Barbosa, Félix Jácome
87 Neto, Igor Barbosa Cardoso, Renata Cardoso de Sousa, Mamede Queiroz Dias, Sarah Fernandes Lino de
88 Azevedo, Letticia Batista Rodrigues Leite, Priscilla Gontijo Leite, Lorena Lopes da Costa, Érika Vital
89 Pedreira, Gustavo Junqueira Duarte Oliveira, Alessandra André Chiminazzo, Bruna Moraes da Silva,
90 Daniel Barbosa dos Santos, Daniel de Figueiredo, Marcio Teixeira-Bastos, Leonardo dos Santos Silveira,
91 Uiran Gebara da Silva, Renata Cerqueira Barbosa e Natália Ferreira de Campos. **HISTÓRIA DA**
92 **AMÉRICA – PERÍODO COLONIAL: Inscrições deferidas por ordem de inscrição** – Fernanda
93 Ribeiro Rocha Fagundes, Fernando Victor Aguiar Ribeiro, Fernanda Sposito, Luciane Cristina Scarato,
94 Roberto Chauca Tapia, Luís Rafael Araújo Corrêa, Miquéias Henrique Mugge, Simone Cristina de Faria,
95 Gabriel Aladrén, Daniel Dutra Coelho Braga, Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho, Guilherme Galhegos
96 Felipe, Eduardo Antonio Lucas Parga, Yobani Maikel Gonzales Jauregui, Mônica de Paula Pereira da
97 Silva Age, João Carlos Nara Júnior, Maria Emília Granduque José, Letícia dos Santos Ferreira, Luiza
98 Nascimento de Oliveira da Silva, Larissa Milanezi Fabríz Caprara, Adriana de Carvalho Alves Braga,
99 Daniel Magalhães Porto Saraiva, Jhoana Gregoria Prada Merchan, Regina de Carvalho Ribeiro da Costa,
100 Valéria Dorneles Fernandes, Rachel Saint Williams, Thiago de Oliveira Vieira, Priscila de Lima Souza,

101 Clara Maria Farias de Araujo e Leandro Goya Fontella. **Inscrição indeferida** – Mauricio Severo de Souza,
102 por impertinência dos títulos e trabalhos do candidato ao setor de conhecimento para o qual se realiza o
103 concurso (Edital 953/2019, Item 4.3). No **terceiro ponto de pauta**, o professor Henrique Gusmão
104 apresentou o relatório e os resultados de seu estágio pós-doutoral, realizado entre 06 de agosto e 31 de
105 dezembro de 2019, na UNIRIO, sob a supervisão da professora Tania Brandão. Em seguida, o professor
106 Vinicius Liebel também procedeu à apresentação de seu estágio, realizado entre 15 de dezembro de 2019
107 a 15 de fevereiro de 2020, na Université Sorbonne Nouvelle, em Paris, França, sob a supervisão de Juliette
108 Dumont. Ambos os relatórios foram homologados unanimemente, por votação simbólica. Já no **quarto**
109 **ponto de pauta**, a Diretora do IH submeteu à análise da Congregação o parecer favorável da Comissão
110 de Afastamento referente à solicitação da professora Sílvia Adriana Barbosa Correia, entre 01° de
111 novembro e 01° de dezembro de 2020, para estadia de pesquisa junto à Fondation Maison des Sciences
112 de L’Homme, Paris/França, o que foi aprovado por unanimidade, por votação simbólica. Ao iniciar o
113 **quinto ponto de pauta**, alteração do lançamento de frequência dos servidores do IH, a servidora Fernanda
114 Peixoto explicou que no contracheque do mês de junho houve o corte total do auxílio transporte dos
115 servidores do IH e de algumas outras Unidades da UFRJ, em virtude do lançamento de trabalho remoto
116 nas folhas de ponto. A servidora informou que, além da carta enviada pelos servidores do IH aos
117 integrantes da Congregação, o sindicato dos funcionários (SINTUFRJ) também emitiu um documento
118 expondo todos os pontos de discordância em relação ao lançamento de trabalho remoto e ao corte do
119 auxílio, o qual a servidora solicitou que fosse anexado à ata da reunião. Em seguida, a representante dos
120 servidores procedeu à leitura do documento enviado pelos funcionários do IH (também anexado à presente
121 ata) e relatou os motivos pelos quais solicitam o que segue: reconhecimento da excepcionalidade das
122 tarefas realizadas e a aprovação desta Congregação para que a frequência dos servidores seja retificada,
123 com relação aos meses anteriores e lançada normalmente nas frequências futuras, sem quaisquer rubricas
124 que indiquem trabalho diferenciado, não propriamente regulamentado por lei, devendo cada servidor
125 manifestar expressa e diretamente sua vontade. A representante dos servidores técnico-administrativos
126 ressaltou que a interpretação da norma expressa na nota técnica emitida pela Procuradoria-Geral da UFRJ
127 foi feita de forma a inibir o questionamento sobre o corte do auxílio transporte e a indicar a impossibilidade
128 da alteração da frequência, não considerando a autonomia universitária e o poder da instituição para
129 decidir em relação ao tema. A servidora ressaltou que a Constituição Federal é superior a qualquer
130 normativa da UFRJ, e, embora a Resolução nº 07/2020 do CONSUNI tenha sido elaborada com a melhor
131 intenção, a fim de regulamentar o trabalho remoto, não atentou para a situação de corte do auxílio
132 transporte. Em seguida, o representante discente de Graduação, João Pedro Rossi, manifestou total
133 solidariedade e apoio dos estudantes do Centro Acadêmico à proposta dos servidores e à luta para garantia
134 desses direitos, importantes para manutenção do núcleo familiar e manutenção do trabalho. A professora
135 Lise Sedrez reconheceu que os argumentos apresentados são sólidos, mas ressaltou que não consegue ver
136 as consequências legais do atendimento da solicitação e não se sente capaz de decidir sobre a melhor
137 solução. A professora Juliana Beatriz questionou se a solicitação é para que no próximo mês a frequência
138 seja lançada sem o código trabalho remoto ou para retificar a frequência do mês passado, considerando
139 que em caso de retificação, a orientação da PR-4 é que seja solicitada via SEI. Por outro lado, se a
140 solicitação é sobre o próximo mês, a Congregação seria o local para o recurso dos funcionários. O
141 professor William Martins não concordou com o recurso dos servidores e disse acreditar na existência de
142 outras vias administrativas para solicitação de ressarcimento de gastos devido ao trabalho remoto. Ele
143 salientou que a Universidade deveria fornecer equipamentos aos servidores, conforme estipulado pela
144 própria Resolução nº 07/2020, assim como vai fornecer chips aos estudantes para acesso às aulas remotas.
145 O Vice-Diretor do IH salientou que se a Reitoria tivesse tomado uma decisão unificada sobre o assunto e
146 não deixado a cargo dos Diretores de Unidade o lançamento de frequência, seria mais fácil. O docente
147 acredita que a situação se tornou desfavorável para os dirigentes das Unidades, que ficaram entre a ameaça
148 de procedimentos legais acenada pelo parecer do Procurador e a penalização dos servidores sob sua chefia.
149 A representante discente de Graduação, Suelen Sousa, ressaltou o apoio do Centro Acadêmico e dos
150 estudantes à reivindicação dos servidores. Salientou, ainda, que a situação se relaciona à conjuntura do
151 país. O fato de o governo federal não regulamentar todos os pontos necessários e o fato de a Universidade
152 levar a decisão para as Unidades, traz uma perspectiva de responsabilização local. Para a representante, a
153 reivindicação dos trabalhadores é legítima e excepcional, devido à pandemia. Ela salientou que o governo

154 federal se ausentou e que a Universidade deve ter responsabilidade com essas questões. Continuando,
155 ressaltou que a UFRJ tem falhado em sistematizar propostas de assistência estudantil que contemplem de
156 fato a demanda dos estudantes, o que não é diferente com os técnicos-administrativos. Para a discente, a
157 Congregação tem responsabilidade em relação à garantia de direitos, e o auxílio financeiro é essencial,
158 inclusive, para a permanência em quarentena. A aluna acredita que o próprio sindicato que está
159 endossando a proposta tenha se responsabilizado sobre qualquer consequência possível, destacando que
160 cabe a nós confiar no sindicato, que tem um certo respaldo. A professora Maria Aparecida Rezende Mota
161 questionou qual foi a alegação central do Procurador da UFRJ no indeferimento do pedido referente ao
162 lançamento da frequência. A Diretora do Instituto informou que tão logo se iniciou o modo de trabalho
163 não presencial, a UFRJ e o IH imediatamente tornaram público que não houve paralisação dos serviços e
164 que o atendimento remoto seria mantido. A professora Norma Côrtes expressou o orgulho de todos com
165 a atuação pública da UFRJ no enfrentamento à COVID-19. Em seguida, relatou que, apesar de não ser
166 uma obrigação do dirigente máximo — uma vez que os responsáveis pela frequência dos servidores são
167 os chefes imediatos — em acordo com o RH, a Direção do IH emitiu uma declaração única e comum para
168 todos os servidores (docentes e técnicos) visando facilitar os trâmites administrativos. No entanto, a partir
169 deste mês, a Diretora afirmou que não mais emitirá tal declaração única e comum, pois cada um dos chefes
170 imediatos, responsáveis pelo funcionamento dos setores do IH, irá assinar a declaração acerca dos seus
171 próprios chefiados. A professora Norma explicou que o código “trabalho remoto” foi adotado na UFRJ e
172 por todas as Universidades Federais. Em algumas IES, inclusive, esse código foi lançado desde o mês de
173 março (o que não aconteceu na UFRJ). Desde então o governo cortou a insalubridade e o auxílio transporte
174 dos servidores públicos. Em resposta, a Universidade Federal do Cariri entrou na justiça e seus servidores
175 ganharam o direito ao recebimento do auxílio da insalubridade. No entanto, diferentemente desse
176 exemplo, na UFRJ o problema foi inadequadamente trazido para âmbito administrativo. A Diretora do
177 Instituto disse que é sim importante aprovar nesta Congregação o apoio à luta dos servidores técnico-
178 administrativos, mas que o local correto para solução desse pleito é a justiça trabalhista. Para ela, não
179 deveria recair sobre os servidores que ora ocupam a posição de chefia uma decisão acerca de um problema
180 que é de ordem política, trabalhista e jurídica. Em seguida, ela observou que a nota técnica do Procurador-
181 Geral da UFRJ afirma que a rubrica “falta justificada” só será contabilizada como trabalho após a
182 reposição da falta. A Diretora do Instituto argumentou que a UFRJ naturalizou o trabalho remoto para os
183 técnico-administrativos da mesma forma que o fez em relação aos docentes. Porque o fato de os
184 professores sempre terem trabalhado tanto na sede quanto em outros locais os levou a manter condições
185 materiais para o exercício do trabalho remoto. No entanto, os servidores técnico-administrativos sempre
186 trabalharam principalmente na sede e, portanto, não tinham fortes razões para a aquisição de
187 equipamentos. Consequentemente, ela afirmou que a UFRJ precisa adotar uma política de distribuição
188 de chips, laptops etc. visando assegurar a plena realização do trabalho remoto. Ela lembrou que o IH já
189 reclamou oficialmente, junto à Reitoria, a compra de chips de internet para os nossos servidores, sem
190 prejuízo da distribuição ao corpo discente. Ainda sobre o lançamento da rubrica “falta justificada”, a
191 Diretora esclareceu que se trata de uma formalização comum, que é usada eventualmente (numa situação
192 corriqueira em que um servidor precisa faltar). O problema é que além de supor a reposição das horas não
193 trabalhadas, na prática, seria como se houvesse a presença dos servidores. Por isso o Instituto não pode
194 emitir tal declaração; já que nossos servidores não estão presentes fisicamente, mas, de fato, todos estão
195 trabalhando de maneira remota, ainda que sob condições improvisadas e inadequadas. Acrescenta-se a
196 isso o fato de a nota técnica do Procurador nos alertar sobre a prática de irregularidade caso haja qualquer
197 declaração inverídica. Para a docente, a Congregação deve compreender o desconforto da situação dos
198 técnicos, manifestar apoio a essa luta, mas esse caso não pode ser resolvido pelo gesto administrativo de
199 um chefe imediato ao lançar a rubrica “falta justificada”. A Diretora do IH salientou que é um erro tentar
200 enfrentar essa situação apenas no âmbito interno da própria UFRJ, mas a Universidade e a Congregação
201 do Instituto devem externar o seu absoluto apoio à pauta política, sindical e trabalhista dos servidores. A
202 professora Norma Côrtes novamente reafirmou que não assinará mais a declaração geral sobre a
203 frequência de todos os servidores do Instituto, devendo cada chefia imediata assinar a frequência de seus
204 chefiados. A docente compreende que a insatisfação dos servidores não está relacionada apenas ao corte
205 do auxílio transporte porque consiste em mais uma perda num longo somatório de perdas trabalhistas: o

206 não recebimento de aumento salarial, fim dos benefícios da aposentadoria, aumento da alíquota de
207 contribuição previdenciária... dentre outros motivos. E enquanto Diretora do Instituto, se compromete a
208 construir todas as condições materiais e documentais para comprovar que os servidores estão trabalhando
209 e dedicados à Universidade, fazendo jus à integralidade dos seus salários. Contudo, declarou que não
210 pode, assim como os outros chefes, trazer para si a responsabilidade de declarar uma inverdade sobre a
211 frequência — situação que o Procurador-Geral da UFRJ qualificou como crime. Em seguida, a servidora
212 Fernanda Peixoto esclareceu a dúvida da professora Juliana Beatriz Almeida de Souza, explicando que os
213 servidores estão solicitando a alteração da frequência do mês anterior e dos próximos também. Sobre a
214 possibilidade de fazer um recurso para outras instâncias administrativas cogitada pelo professor William
215 Martins, informou que há possibilidade de levar o recurso à PR-4, mas com base nas mesmas normas que
216 os servidores estão criticando devido à problemas de técnica legislativa. A servidora Fernanda Peixoto
217 esclareceu que a solicitação dos servidores não é para que seja lançada explicitamente a rubrica falta
218 justificada, mas sim de trabalho normal. Em relação à nota do Procurador-Geral da UFRJ, salientou que
219 seu conteúdo estipula que a Lei Federal de regulamentação da pandemia (Lei 13.979/2020) não é aplicável
220 ao servidor, embora cite especificamente servidor público, por existir outra norma teoricamente mais
221 benéfica, uma instrução normativa feita pelo SIPEC (IN 21/2020), órgão do Ministério da Economia que
222 tem competência para determinar sobre assuntos de pessoal. Para a representante dos servidores, o SIPEC
223 não tem competência legislativa, mas sim opinativa para interpretação de normas. Ainda assim, ambos os
224 documentos tratam do mesmo assunto, com termos diferentes. Ao emitir uma instrução normativa que
225 não é de sua competência, o SIPEC criou uma lacuna legislativa referente aos gastos que os servidores
226 estão tendo no trabalho não presencial. Continuando, a servidora salientou que a nota técnica da
227 Procuradoria-Geral diz que as horas de trabalho correspondentes às faltas justificadas devem ser
228 compensadas até o mês seguinte às faltas, conforme estipulado pela Lei 8.112, embora não haja na
229 situação de pandemia atual condições para a compensação, não podendo os servidores serem obrigados a
230 cumprir tal lei, elaborada antes da quarentena. Além disso, declarou que a Resolução nº 07/2020 foi
231 elaborada baseada na Lei 13.979/2020, que diz claramente que, ainda que o servidor não trabalhe em
232 função da pandemia, será considerada falta justificada. A servidora Fernanda Peixoto destacou que não é
233 ilegal lançar na folha de ponto a falta justificada porque a lei permite isso. Além disso, salientou que a
234 hermenêutica jurídica diz que a legislação brasileira deve ser interpretada como parte de um sistema,
235 dentro de um contexto. Não é porque uma lei existe que está correta, pois, de acordo com a presunção de
236 veracidade, a legislação pode ser questionada. Por todo o exposto, a servidora Fernanda Peixoto solicitou
237 o apoio dos professores e dos alunos para que, com base na autonomia universitária, seja lançada a
238 frequência normal, sem outros prejuízos aos servidores e com a devolução do auxílio transporte já
239 descontado. Posteriormente, o servidor Fernando Teixeira iniciou sua fala se desculpando pelo atraso e
240 informando que não conseguiu acessar a reunião no horário programado pois o único computador da casa
241 estava sendo usado por sua companheira, o que evidencia as dificuldades do trabalho durante a pandemia.
242 Ele salientou que temos sim uma regulamentação da UFRJ para o assunto, a Resolução nº 07/2020 do
243 CONSUNI, acima inclusive da Reitoria, que diz claramente no artigo 4º que em casos especiais ficam
244 autorizadas atividades não presenciais, sendo tais servidores considerados em efetivo exercício de suas
245 funções, sem a necessidade de compensação de jornada e sem prejuízo da remuneração. O servidor
246 destacou que essa é a última orientação da Universidade até o momento, deliberada pelo seu fórum
247 máximo. Tal posicionamento da UFRJ parece ter sido ignorado pela própria administração central. O
248 representante discente de Graduação, João Pedro Rossi, esclareceu que o fato de os servidores técnico-
249 administrativos estarem realizando trabalho remoto não significa que eles faziam apenas trabalho in loco,
250 ressaltando várias situações em que os funcionários trabalharam de casa mesmo antes da pandemia, o que
251 foi agravado agora. Ressaltou, ainda, que temos realmente um inimigo externo, o que não quer dizer que
252 erros e problemas não surjam em espaços internos. Além disso, salientou que os espaços da UFRJ devem
253 ser seguros para a tomada de decisões graças à autonomia universitária. Para o discente, deve ser realizado
254 um esforço político para manter a Universidade como um espaço seguro para todas as categorias. O aluno
255 João Pedro Rossi reiterou o apoio integral do Centro Acadêmico à proposta apresentada pelos servidores
256 técnico-administrativos. A servidora Rita Veiga afirmou que não se pode questionar se os servidores estão
257 em falta justificada, já que estão trabalhando, fato que pode ser comprovado pelas chefias imediatas. Além
258 disso, perguntou o motivo de ser enviado semanalmente um e-mail a partir do RH solicitando que o

259 servidor peça para trabalhar remotamente e justifique o porquê do pedido. Ela ressaltou que foi a UFRJ
260 que fechou os prédios e está seguindo as orientações da instituição. Para a servidora, os funcionários estão
261 sendo coagidos a pedir para trabalharem remotamente. A professora Norma Côrtes explicou que o e-mail
262 enviado pelo RH está relacionado ao acompanhamento da saúde dos servidores, pois reúne informações
263 de caráter epidemiológico para elaboração de medidas institucionais no pós-pandemia, e que isso já foi
264 devidamente esclarecido pela Direção. Lembrou, afinal, que o RH está apenas transmitindo a mensagem
265 semanalmente, seguindo as recomendações da PR-4, para verificação das condições de saúde de todos os
266 nossos servidores. Retornando ao assunto do controle da frequência laboral, a professora Norma Côrtes
267 reafirmou que os chefes imediatos são os responsáveis por isso e passarão a emitir as declarações mensais.
268 Depois, a Diretora falou que se impressionou e emocionou com as palavras e argumentos expostos pela
269 servidora Fernanda Peixoto, mas, enquanto servidora pública desta Universidade precisa seguir as
270 orientações da Reitoria e do Procurador-Geral da UFRJ. Ela novamente ressaltou que a Direção e a
271 Congregação não têm competência para emitir um posicionamento diante de uma disputa de natureza
272 jurídica. E salientou que a determinação do Procurador e da Reitoria foi inequívoca em favor do
273 lançamento da rubrica “trabalho remoto”. Ademais, ela lembrou que a Resolução nº 07/2020 apresenta
274 um passo-a-passo que não deixa qualquer dúvida hermenêutica para a interpretação da normativa. Com
275 efeito, o Instituto cumprirá as recomendações do Procurador-Geral da UFRJ e da Resolução nº 07/2020.
276 Não obstante, a Diretora do IH pede que a Congregação manifeste o seu apoio à causa dos servidores
277 técnico-administrativos, mas, considerando tratar-se de um pleito a ser resolvido nos fóruns jurídico
278 trabalhistas, a presidência desta Congregação não conduzirá tal questão ao regime de votação. A Diretora
279 do IH salientou que os servidores podem entrar com recurso contra o lançamento da rubrica “trabalho
280 remoto”, via SEI, conforme as orientações da PR-4. Em contrariedade a esse encaminhamento, a estudante
281 Suelen Sousa informou que a representação discente concorda que seja emitida uma moção de apoio, mas
282 acredita que a proposta apresentada pelos servidores técnico-administrativos deveria ser votada nesta
283 Congregação. Em seguida, a proposta da Direção de elaboração de moção de apoio à luta sindical, política
284 e jurídica dos servidores do IH-UFRJ foi aprovada unanimemente. Tomando a palavra, a professora Lise
285 Sedrez destacou que a Congregação tem a liberdade de votar qualquer temática, mas, considerando que
286 os atos administrativos que realiza enquanto Coordenadora do PPGHIS envolvem diretamente o uso de
287 seu próprio CPF, disse que se houvesse a aprovação do lançamento normal de frequência pela
288 Congregação, ela só procederia dessa forma caso se sentisse protegida pela Universidade. Esclarecendo o
289 seu encaminhamento, a presidente da mesa afirmou que a proposta dos servidores técnico-administrativos
290 não entrou em regime de votação porque a Congregação não tem poderes para obrigar a cada um dos
291 chefes imediatos a realizar algo que contraria as orientações tanto da Reitoria quanto do Procurador Geral
292 da UFRJ e que, conseqüentemente, pode vir a comprometer a carreira, o trabalho e o emprego desse
293 servidor. Assim, a Congregação não pode impor aos chefes imediatos algo que poderia prejudicá-los. O
294 professor Fábio Lessa falou que a situação é realmente complicada, sendo um momento difícil para os
295 gestores. Ele informou que acompanhou o debate em torno da criação da Resolução nº 07/2020 e acreditou
296 que essa situação já tivesse sido resolvida com a normativa. Salientou também que a Reitoria tem
297 consultado o Procurador para determinados assuntos, mas que a consulta muitas vezes se converteu numa
298 decisão. O professor Fábio Lessa acredita que a posição do Procurador na nota técnica e a Resolução nº
299 07/2020 do CONSUNI em alguns momentos não se compatibilizam. Assim, o docente sugeriu aos
300 servidores técnico-administrativos que consultem formalmente ao CONSUNI para um posicionamento.
301 Finalmente, ele também lembrou que o problema também atinge o lançamento da frequência dos
302 professores. Passando para o **sexto ponto de pauta**, transformação das Oficinas de Ensino em RCS, a
303 professora Norma Côrtes se desculpou publicamente pelo equívoco na condução da 84ª reunião ordinária
304 da Congregação e na apuração dos votos desse ponto de pauta e do ponto referente ao estabelecimento da
305 equivalência de América II e III com América Independente para o currículo antigo, ambos tratados na
306 ocasião. Os dois pontos foram excluídos indevidamente da pauta da reunião passada porque alguns
307 convidados, não integrantes da Congregação participaram da votação inadvertidamente — o que alterou
308 o resultado da votação. A professora Norma Côrtes salientou que não houve má-fé da parte de ninguém.
309 Assim, corrigindo o erro anterior, a Diretora do IH anulou a exclusão de ambos os pontos, fazendo com
310 que retornassem à pauta da presente reunião. A professora Leila Rodrigues esclareceu que foi uma das

311 pessoas que votou, observando que os professores titulares votavam antes de terem seus representantes
312 escolhidos, e que, pelo fato de tal representação ter sido homologada apenas depois da votação da exclusão
313 dos pontos, participou das votações até a aprovação dos representantes. O discente João Pedro Rossi
314 compreendeu o erro, mas solicitou a sua rediscussão alegando que se houve um equívoco na
315 contabilização da votação, não se deve considerar nem a permanência nem a exclusão dos pontos da pauta.
316 Assim, os discentes solicitaram novamente que ele fosse excluído da pauta. A professora Norma Côrtes
317 informou que não poderia conduzir o pedido, porque na reunião passada os pontos foram suprimidos
318 equivocadamente, o que significa que se não houvesse o erro eles deveriam ter sido discutidos. Assim,
319 ambos deverão ser debatidos, conforme a deliberação daquela ocasião, salvo se o professor Antonio Jucá,
320 que os apresentou naquela ocasião, solicitar a retirada desta pauta. Em resposta, o professor Antonio Jucá
321 disse que o ponto sobre a transformação das Oficinas de Ensino em RCS é importante e que não apresenta
322 grandes controvérsias, inclusive o próprio CAMMA não se posicionou contrariamente ao ponto na
323 manifestação da plenária, afirmando apenas a necessidade de haver uma discussão maior. O Diretor
324 Adjunto de Graduação explicou que a criação das Oficinas de Ensino de História como disciplinas
325 engessou suas atividades, com obrigação de cumprimento da carga horária em sala de aula e com horários
326 pré-determinados. Sua transformação em RCS dará a flexibilidade desejada originalmente no processo de
327 criação, tanto para os docentes quanto para os alunos e até para a Direção, em termos de alocação das
328 turmas nas salas. O professor Felipe Charbel salientou que a proposta já vem sendo pensada há algum
329 tempo e se as Oficinas forem transformadas em RCS envolverá uma série de atividades práticas que
330 exigem uma flexibilidade de horário e não o engessamento da carga horária em dois dias da semana. A
331 professora Juliana Beatriz informou que não é contrária à transformação das Oficinas de Ensino em RCS,
332 mas externou sua contrariedade em relação à retirada dos pontos desta pauta. E, salientando a observância
333 do cumprimento das normas para o bom encaminhamento das discussões, a docente disse que, uma vez
334 encerrada a votação, os pedidos de recontagem de votos são realizados no momento. Contudo, tendo sido
335 o resultado homologado e oficializado, essa possibilidade não existe mais. Em seguida, o estudante João
336 Pedro Rossi reafirmou que não tem uma discordância desse ponto em si, mas continuou se manifestando
337 contrariamente à realização das plenárias de Graduação por e-mail e ao fato de não ter havido uma
338 discussão ampla sobre o ponto. Ele lembrou que alguns anos atrás a proposta de transformação das
339 disciplinas foi apresentada por alguns docentes, mas rejeitada, embora hoje se perceba que é uma situação
340 que faz muita diferença. Precisamos sempre estar atualizados em relação à discussão sobre o currículo.
341 Sem compreender as verdadeiras razões para o desentendimento, a professora Norma Côrtes solicitou
342 esclarecimentos sobre o motivo de ter sido solicitada a exclusão do ponto na última reunião, considerando
343 que se trata de um debate já antigo. A representante discente, Suelen Sousa, esclareceu que os estudantes
344 fortaleceram a proposta da transformação das Oficinas em RCS e que houve um processo amplo de
345 discussão, não havendo nenhum desacordo. Já em relação à equivalência da disciplina América II e III,
346 não houve uma discussão efetiva da proposta. Assim, o Centro Acadêmico havia solicitado a exclusão
347 dos pontos porque eles foram apresentados juntos. Além disso, a representante discente salientou que o
348 CAMMA se sentiu muito desrespeitado na forma de condução do processo, e, embora tenham solicitado
349 a exclusão do ponto da pauta e se manifestado contrariamente à condução, não foram procurados pelo
350 Diretor de Graduação para conversar sobre a possibilidade de anulação da votação da Congregação, o que
351 expressaria incapacidade de diálogo com os estudantes. A aluna ressaltou que apenas o professor Felipe
352 Charbel buscou esse contato. O professor Antonio Jucá esclareceu que não desrespeitou a representação
353 discente e por ter ficado em dúvida sobre como se deu a votação do ponto solicitou o resultado à secretaria
354 da Congregação. O professor salientou que sempre teve um ótimo diálogo com os alunos, inclusive o
355 processo de reforma curricular foi todo debatido com os discentes e professores, do IH e da Faculdade de
356 Educação. Lembrando que era primeira experiência de reunião remota e que a contabilização dos votos
357 na última Congregação não pode ser visualizada pelos participantes, e que por isso não houve o pedido
358 de recontagem dos votos, o professor Felipe Charbel sugeriu que a votação passasse a ser realizada pela
359 ferramenta de bate-papo da plataforma de videoconferência. Após os debates, a conversão das Oficinas
360 de Ensino em RCS foi homologada por 13 votos favoráveis e 1 abstenção. No **sétimo ponto de pauta**,
361 estabelecimento da equivalência de América II e III com América Independente para o currículo antigo,
362 o professor Antonio Jucá pediu que os alunos se manifestassem quanto ao ponto e explicou que o fato de
363 haver equivalência das disciplinas de América II e III não significa que elas não possam ser ministradas.

364 A Direção de Graduação acredita que a equivalência possa facilitar a formatura dos alunos, pois, ao invés
365 de cursarem duas disciplinas, precisarão cursar apenas uma. Além disso, o professor esclareceu que os
366 alunos que já cursaram América Independente teriam equivalência na matéria que ainda faltasse. O Diretor
367 de Graduação explicou que tal equivalência foi uma proposta da Divisão de Ensino, setor responsável por
368 reformas curriculares e com expertise no assunto. O professor Antonio Jucá manifestou sua preocupação
369 com o acúmulo de turmas em 2021 devido à pandemia, e informou que caso o setor de América ofereça
370 as 3 disciplinas em questão, haverá um gargalo considerável. O representante discente João Pedro Rossi
371 ressaltou que o processo de aprovação do ponto na Plenária foi controverso, considerando que os alunos
372 não haviam concordado e que não houve uma discussão apropriada na reunião. Para o estudante, o ponto
373 não foi apresentado com clareza e o pedido de sua exclusão apresentado na Plenária não foi considerado.
374 Ele informou que há mais de 30 alunos cursando América II ou América III, e, caso a equivalência seja
375 aprovada, a carga horária total do curso cairá de 2400 horas para 2340 horas, menos do que o permitido
376 pelo CNE. O aluno João Pedro Rossi questionou o motivo de aprovar a equivalência já que o Diretor de
377 Graduação afirmou que as disciplinas de América II e III poderão continuar sendo ministradas. Ele
378 ressaltou a importância de as matérias continuarem sendo oferecidas durante o ensino remoto para agilizar
379 a formatura dos estudantes. Salientou, ainda, que a proposta não está considerando a situação do aluno
380 prestes a se formar e nem o processo legal, pois a redução da carga horária pode ser passível de alguma
381 medida do MEC. A discente Suelen Sousa salientou que os alunos que cursarem todas as disciplinas
382 podem ser prejudicados caso seja constatado que a situação das matérias está irregular. O professor João
383 Paulo Rodrigues esclareceu que um dos elementos que balizou a discussão da equivalência foi o fato da
384 pouca elasticidade dos professores de História da América para ministrar as disciplinas de América II e
385 III junto à disciplina do currículo novo, América Independente, devido ao número de professores e
386 afastamentos previstos. Sobre a questão da legalidade da equivalência, informou que a Direção de
387 Graduação esclareceu à área de América o posicionamento da UFRJ de que tal ato garantiria que os alunos
388 que cursassem a disciplina de América Independente receberiam a quantidade de horas de forma que não
389 impediria a integralização do currículo para fins de formatura. Além disso, o docente explicou que essa
390 demanda de reforma curricular foi solicitada pela própria área e que, por todo o exposto, o setor apoiou a
391 proposta. A professora Lise Sedrez informou que não foi uma decisão unânime e que a reunião da área de
392 está registrada em ata. Ela esclareceu que foram enviadas algumas sugestões à DAGE solicitando o
393 compromisso de realização das questões burocráticas. O professor Fernando Castro esclareceu que
394 discorda da decisão da área de América pelo fato de alguns questionamentos ainda não terem sido
395 respondidos pela área e pela plenária de Graduação. Para o docente, a questão central da discussão é saber
396 como uma disciplina de 60 horas vai ser transformada em duas disciplinas de 60 horas. Ele esclareceu que
397 no ponto de pauta constava que a disciplina América Independente, de 4 créditos, equivaleria por duas
398 disciplinas (8 créditos). O professor salientou que, até o momento, não obteve resposta para essa
399 indagação e que deve haver um documento emitido pela Direção de Graduação, explicitando como se
400 dará tal processo, para respaldo da própria DAGE e dos alunos. Em seguida, o professor Fábio Lessa
401 ressaltou que na transição curricular podem ser mantidos os currículos novo e antigo, mas informou que
402 nunca teve conhecimento de alunos que iniciaram no currículo antigo, cursaram matérias do novo e se
403 formaram pelo antigo. Tal peculiaridade, segundo o docente, está sendo instituída pelo Instituto de
404 História. Para o professor, o ponto em debate não se trata de um problema burocrático, mas sim
405 acadêmico, e que está acontecendo não apenas com América, mas também com as disciplinas de Filosofia
406 I e II que se fundiram, por exemplo. Ele ressaltou que o primeiro passo é levantar o quantitativo de alunos
407 que ainda não cursaram as disciplinas de Economia, Filosofia I e II, e América II e III. O docente acredita
408 que, se houve uma escolha por parte dos alunos de permanecer no currículo antigo ou migrar para o novo,
409 as disciplinas de ambos devem ser oferecidas. O professor Fábio Lessa ressaltou que todas as ações do IH
410 devem ter o devido respaldo legal. Ele acredita ser melhor, nesse momento, oferecer as disciplinas
411 América II e III. Posteriormente, o professor Antonio Jucá esclareceu que a plenária foi realizada por e-
412 mail, assim como outras reuniões anteriores realizadas pela Congregação e PPGHIS, e que os alunos se
413 manifestaram no final do prazo estipulado, não havendo outras manifestações de concordância sobre o
414 pedido de retirada do ponto, mas sim de aprovação, inclusive da área de América. Contudo, o Diretor
415 Adjunto de Graduação sugeriu que o ponto de pauta fosse retirado da discussão. Sugeriu, ainda, que a

416 DAGE se reúna com os representantes discentes e que sejam apresentados à Divisão de Ensino os
417 questionamentos dos alunos, com posterior debate na Congregação. A professora Juliana Beatriz ressaltou
418 a necessidade de realizar um levantamento sobre a quantidade de alunos que ainda não cursaram as
419 disciplinas de América. Em seguida, o ponto estabelecimento da equivalência de América II e III com
420 América Independente para o currículo antigo foi retirado da pauta. O professor Antonio Jucá esclareceu
421 que as disciplinas de América II e III serão ofertadas, pois a ideia é priorizar os concluintes. Sobre o
422 levantamento dos alunos, explicou que está sendo realizado pela secretaria da DAGE. O docente sugeriu
423 a criação de uma comissão formada por ele mesmo, pelo professor Felipe Charbel, por representante da
424 área de História da América e por representantes discentes, com posterior consulta à DEN sobre as
425 dúvidas. O professor Felipe Charbel reafirmou que as disciplinas serão ofertadas normalmente no período
426 letivo excepcional durante a pandemia. Em seguida, a professora Juliana Beatriz declarou que é
427 importante saber quantos concluintes precisam das disciplinas de História da América II e III para planejar
428 a real demanda de turmas no período especial. O aluno João Pedro Rossi agradeceu publicamente pela
429 disponibilidade do professor Felipe Charbel em conversar com os estudantes. Ele ressaltou que ao falar
430 sobre falta de respeito aos estudantes e discordar do ponto, não estão fazendo isso para demarcação ou
431 por não ter capacidade técnica para analisar o assunto, ressaltando que os alunos já passaram madrugadas
432 inteiras estudando sobre a reforma curricular. Ele acredita que o processo de debate deve ser valorizado e
433 salientou que a área de América decidiu pela equivalência sem conversar com os representantes discentes,
434 que retratam a vontade de pelo menos 800 pessoas. O aluno destacou que há muita seriedade quando eles
435 trazem uma proposta, por isso pediu respeito aos pontos e ao modo como eles são propostos pela
436 representação discente, sempre precedidos de um debate o mais qualificado possível. O professor João
437 Paulo Rodrigues manifestou seu interesse em participar da reunião com a DEN como representante da
438 área de América, e reafirmou que a área enviou para a Direção de Graduação uma carta com vários pontos,
439 ressaltando que o primeiro aspecto abordado era a necessidade de a equivalência ser melhor explicitada
440 para o corpo discente, se assegurando que não haveria problemas para a integralização, por exemplo. Ao
441 término da reunião, a professora Norma Côrtes salientou que os alunos são a razão da existência dos
442 docentes e que os estudantes são sempre bem-vindos à Congregação. A Diretora do IH recordou a sua
443 própria trajetória de atuação no movimento estudantil desde os tempos em que era secundarista e,
444 conseqüentemente, confirmou que valoriza o movimento estudantil e a sua representação. Depois disso,
445 nada mais havendo a tratar, nem quem quisesse fazer uso da palavra, a presidente encerrou a reunião, na
446 qual foi lavrada esta ata, que será assinada por mim, Michelle Ribeiro Lage de Amorim, que secretariei
447 os trabalhos, pela presidente, a professora Norma Côrtes, e pelos demais presentes.

448
449
450

Rio de Janeiro, 24 de junho de 2020.